

**DOSSIÊ**  
**CULTURA E VIOLÊNCIA**





# REFLEXÕES SOBRE A VIOLÊNCIA COMO ESPETÁCULO DE SI

Eduardo Marks de Marques\*

**Resumo** – Quando se pensa em violência, a associação imediata é aquela com atos de brutalidade física ou mental, no entanto, há diversas outras práticas ideológicas que também podem ser consideradas violentas. A própria imposição de uma posição subjetiva ideológica pode ser vista como um ato de violência. O artigo, uma tentativa de reflexão subjetiva e pouco acadêmica, busca relacionar uma ideia mais ampla de violência, definida a partir da relação do ato com a sua mediação e transformação em espetáculo com a audiência que se constrói a partir da relação com essa mediação focando, principalmente, na figura da pessoa de bem como espectador-alvo.

**Palavras-chave:** violência, mediação, ideologia, pessoas de bem, voyeurismo.

## INTRODUÇÃO: O SÉCULO PARIDO A FÓRCEPS

Enquanto escrevo estas linhas, pelo menos em sua primeira versão, dois fenômenos bastante semelhantes e, de certa forma, interligados, chamam a minha atenção. Um deles é a cobertura midiática (não só televisiva mas, também, pelas redes sociais) da perseguição ao rapaz acusado de ser, com seu irmão, um dos responsáveis pela explosão que matou três e feriu outras dezenas de pessoas na maratona de Boston. De acordo com as informações divulgadas *ad nauseam*, os jovens irmãos (de 26 e 19 anos), de origem chechena, cresceram no Quirguistão (ambos países de maioria muçulmana sunita) e residiam legalmente nos Estados Unidos. A motivação para as explosões ainda não está clara.

O segundo fenômeno é um convite recebido por meio de meu perfil no Facebook para participar de uma marcha contra a violência aqui em Pelotas, onde moro. Creio que tal marcha esteja sendo motivada pelo assassinato de um jovem no centro da cidade em uma madrugada desta semana. A vítima, um jovem branco, de classe média, representante de uma vinícola na serra gaúcha, teria sido confundida com outro rapaz envolvido em uma

---

\* Licenciado em Letras – Português e Inglês – pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mestre em Letras – Inglês e Literatura Correspondente – pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Ph.D. em Australian Literature and Cultural History pela University of Queensland (Austrália). Professor de literaturas de língua inglesa na Universidade Federal de Pelotas (UFPe) e pós-doutorando em teoria literária pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

briga generalizada dentro de uma boate e, por isso, alvejado duas vezes, não resistindo aos ferimentos. A marcha para a qual fui convidado pede, obviamente, mais policiamento na cidade.

Ainda que os episódios citados aqui pareçam apenas superficialmente conectados, por lidarem com atos de violência contra a vida – individual ou coletivamente –, eu gostaria de propor uma reflexão sobre a forma como tais atos de violência têm sido apresentados e fagocitados por nós, brasileiros, membros de uma elite intelectual, com acesso a educação, moradia, saúde e a todos aqueles direitos humanos e legais que a muitos são negados. E é justamente o acesso a um desses direitos, a informação, que faz com que a nossa relação – como membros da classe média – com a violência seja, no mínimo, algo digno de reflexão.

Se é possível pensar que, psicanaliticamente falando-se, o parto é o primeiro grande ato perpetrado de violência contra o indivíduo (uma vez que nos separa, à revelia, do ambiente intrauterino de proteção total e realização dos nossos desejos primitivos), é possível pensar que, hoje, no ano de 2013, estamos entrando na adolescência do século XXI, o qual nasceu a partir de um extremado ato de violência – os atentados contra o World Trade Center, em Nova York, em 11 de setembro de 2001. Tenho certeza de que todos lembramos exatamente onde estávamos e o que fazíamos naquele dia; não quando o fato ocorreu mas, sim, quando nos chegaram as primeiras imagens da sua transmissão midiática. O mundo todo parou em frente à televisão, que se tornou literalmente uma janela, ainda que a distância, para que pudéssemos não somente assistir ao colapso dos prédios mas, principalmente, as versões midiáticas e mediadas que surgiram e foram sendo construídas ao vivo, ao longo da transmissão.

Obviamente, os ataques às Torres Gêmeas não criaram nenhum novo modelo de construção da informação, o que ocorre constantemente em qualquer transmissão de eventos ao vivo. O que houve foi que, pela primeira vez, uma transmissão ao vivo construiu um discurso de medo tão abertamente pautado da ideia de ameaça à existência da civilização ocidental (MONAHAN, 2010; PORTO, 2002). Dessa forma, o século XXI nasce, também, do medo e da ilusão de que todos os seres humanos do Ocidente são vítimas reais (uma vez que os ataques ao WTC foram caracterizados como ataques ao *modus vivendi* do Ocidente) e potenciais (já que uma bomba ou um avião poderiam cair em qualquer lugar do planeta).

O evento abordado aqui é sintomático pois, de certa forma, ainda vivemos sob seus efeitos. As explosões das bombas durante a maratona de Boston mostram claramente que necessitamos fenotipificar nossos algozes, física ou ideologicamente (ou, preferencialmente, de ambas as maneiras simultaneamente) para que possamos visualizar as diferenças que podem levar indivíduos a cometerem atos cruéis de violência contra outros. Os envolvidos nesses atentados foram imediatamente identificados como muçulmanos, o que, pelo menos superficial e midiaticamente, serve como grande elemento de diferença e justificativa para as explosões. No entanto, tal diferença serve muito mais para validar a própria posição subjetiva do que a de terceiros.

O texto que segue é fruto de nada mais do que reflexões sobre a forma e o impacto que tem sobre nós aquilo que entendemos como violência. Não é uma tentativa de esgotar o assunto e tampouco de se apresentar como um artigo acadêmico *stricto sensu*. Gostaria de que algumas das provocações nos levassem a pensar em qual é o nosso papel como consumidores e perpetuadores de uma matriz de violência que permeia a nossa existência nesses tempos de modernidade fluida.

## POR UMA REDEFINIÇÃO DO CONCEITO DE VIOLÊNCIA

Quando se pensa em violência, as imagens evocadas são, geralmente, relacionadas a danos (mortais ou não) ao corpo ou à mente de alguém. No entanto, se retornarmos à etimologia do termo, vemos que, originalmente, o substantivo *violentia*, que deriva de *vis* (vigor), era usado para denominar a força extrema dos fenômenos da natureza, como um vendaval ou tempestade ou, até mesmo, um período de seca causado pelo ardor do sol. É somente no final do século XIV que a palavra passa a referir-se ao mesmo efeito (o sofrimento físico dos indivíduos) mas causado por agência humana. Temos, então, nesse primeiro movimento, a introdução do elemento de agência e vitimização humanas por meio do qual os atos de violência podem acontecer. Isso ajuda a explicar a resistência que muitos têm em falar, por exemplo, de violência contra os animais (preferindo o termo "maus-tratos") ou contra a flora.

A psicóloga estadunidense Elizabeth Kande Englander (2003, p. 2), em seu livro *Understanding violence*, define, inicialmente, violência como sendo um ato agressivo e intencional que visa causar dano físico ou psicológico em alguém. Aqui, entra a questão da intenção: violência é sempre um ato intencional e, logo, racional. A pensadora Hannah Arendt (1969, p. 4), em seu famoso estudo *On Violence*, complementa tal ideia ao afirmar que a violência sempre necessita de implementos e que foi justamente tal dependência que levou a humanidade à evolução tecnológica. Isso significa que não só a violência é algo inerente ao ser humano (visto que é racional), mas, também, necessária para o melhoramento da vida humana em sociedade (visto que é tecnocêntrica).

Numa tentativa de sistematização dos inúmeros tipos de violência, a American Psychology Association (APA) classifica os atos em dois eixos: o da origem e o da natureza. O eixo da origem divide os atos de violência em autoinfligida, interpessoal e coletiva; no eixo da natureza, eles são tipificados em física, sexual, psicológica e negligente. Aqui, temos uma espécie de hierarquia falaciosa que separa a natureza dos atos de violência, como se eles não fossem complexamente intrincados entre si, tornando tal divisão, ainda que meramente didática, impossível de ser realizada em essência.

Ainda que tenhamos, no centro de cada uma das tentativas de definição apresentada aqui, o elemento do dano físico ao outro ou a outros, essa definição de violência não mais serve para dar conta de ações que podem ser contempladas como sendo violentas ainda que não causem dano físico ou mental. Por conta da nossa realidade contemporânea midiocêntrica, o acesso visual a atos de violência – por conta dos noticiários sensacionalistas, principalmente – reproduz na totalidade a necessidade de reação por conta da audiência e de criação de um sentido de união ideológica que tivemos durante a cobertura jornalística dos atentados no World Trade Center.

Dessa forma, tal proposta – forçada e imposta a partir da construção do ato de violência, midiático ou real – aproxima-se muito da noção de interpelação apresentada pelo filósofo francês Louis Althusser (1971) em seu ensaio sobre os Aparatos Ideológicos do Estado no momento em que a interpelação é o ato que transforma indivíduos em sujeitos submetidos à ideologia do Estado. Assim, todo e qualquer ato de violência recai sobre o indivíduo em posições de sujeito bem definidas: de vítima direta, de vítima indireta ou de algoz. Na verdade, Althusser afirma que a grande diferença entre o que ele chama de Aparatos Repressivos do Estado e os Aparatos Ideológicos do Estado é que aqueles necessitam do uso da violência para existir (ALTHUSSER, 1971, p. 143-144), mas eu quero propor que estes também se utilizam de violência para que possam funcionar.

A violência dos Aparatos Ideológicos do Estado é, primeiramente, a violência da imposição de posições de sujeito preestabelecidas sobre o indivíduo, e que é anterior à violência física ou mental propriamente dita. Entender o funcionamento ideológico da construção das posições subjetivas significa ir além do determinismo socioeconômico imposto pelo capitalismo. A escola, a religião e a mídia desenvolvem discursos que, ao menos aparentemente, encorajam a mobilidade social mas que, de fato, nada fazem para que isso aconteça e tampouco criam novas posições dentro da esfera social que possam ser ocupadas voluntariamente pelos indivíduos.

Outro aspecto problemático dessa violência é o seu caráter dissimulado. A violência utilizada pelos Aparatos Ideológicos, ao contrário daquela utilizada pelos Aparatos Repressores, nunca é explícita ou mesmo facilmente identificável. Isso causa uma distorção não só no reconhecimento do que seja tal violência (e violência num aspecto mais amplo) mas, também, na identificação em qualquer uma das posições subjetivas criadas por ela. Grupos de indivíduos que agridem homossexuais, por exemplo, a partir de uma matriz superficialmente apenas ideológica, de fato creem que tais ações sejam necessárias e dificilmente identificam nelas qualquer ato de agressão, por mais grave que possa ser, do mesmo modo gratuito e análogo, em tese, a um marido agredindo sua esposa depois de embriagar-se. Da mesma forma, os discursos de ódio travestidos de discursos de salvação proferidos por várias igrejas neopentecostais igualmente não são identificáveis como atos de violência por aqueles que simpatizam com suas ideias.

## EPISTEMOLOGIA E ONTOLOGIA DAS PESSOAS DE BEM

Talvez o mais visível dos resultados dessa dificuldade de identificação dos atos interpelativos agressivos como sendo atos de violência seja o que me referi anteriormente como a construção da posição de vítima indireta da violência. Durante muito tempo, a mídia brasileira preocupou-se em identificar profundamente as características sociais da posição de algoz como sendo jovem, morador de periferias, muito possivelmente não caucasiano, sem acesso à educação. Isso talvez explique o esforço não somente em compreender mas, também, em explicar onde possa estar o "erro" quando os jornais trazem notícias de atos agressivos ou criminais cometidos por pessoas fora do "padrão". Basta ver qualquer reportagem da grande mídia envolvendo jovens brancos, universitários, de classe média ou média-alta para verificar que a própria redação da notícia é permeada por um certo estranhamento, o qual é absorvido imediatamente pelos leitores.

No entanto, a partir da necessidade de construção de uma ilusão de união para combater aquilo que se crê ser violência, o foco deixou de ser o algoz para ser a vítima, mas não a vítima real, aquela que existe durante e após o ato. O foco principal nos dias de hoje é a vítima potencial: todo indivíduo que, estando fora do conjunto de características que definem o algoz, é passível de ser vitimizado por ele. No discurso corrente em nosso país, a vítima potencial é geralmente referida como sendo uma "pessoa de bem".

A pessoa de bem geralmente é membro da classe média (não deve, porém, ser confundida com ela) e sente que seus direitos e valores, quaisquer que eles sejam, estão sendo constantemente ameaçados pelos algozes. Em realidade, toda pessoa de bem identifica-se como sendo o detentor do melhor a que a sociedade e a cultura deveriam almejar mas, por conta de seu papel como defensor de uma ideia historicamente eurocêntrica de civilização, não deixa transparecer sua raiva em não ter o mundo espelhado em si. O filme *Um dia de fúria* (1993, dir. Joel Schumacher) mostra, ainda que com ar de paródia, o que poderia acontecer quando uma dessas pessoas de bem não consegue mais represar sua frustração em não ter o mundo funcionando de acordo com suas regras. Um cidadão (interpretado por Michael Douglas) tem aquilo que é visto pelos demais como um surto psicótico e passa um dia todo atacando violentamente as instituições capitalistas e culturais que não o servem como ele acredita que deveriam servi-lo. A ironia é que, ao cruzar a linha que toda pessoa de bem gostaria de cruzar – aquela que os autorizaria a forçar o mundo a ser de determinada maneira –, ela abandona seu papel de pessoa de bem e passa a ser algoz. Ou seja: a posição ideológica da pessoa de bem é essencialmente frágil.

Talvez seja por isso que a pessoa de bem só possa existir socialmente enquanto grupo e não como indivíduo. Evoco, aqui, a segunda imagem apresentada no começo do artigo. A morte do jovem branco, classe média, trabalhador (o que faz dele uma pessoa de bem) não pode ser vista como um assassinato individual, mas, sim, de um crime contra toda uma ideologia que é ameaçada por ser vista e reconhecida como superior à ideologia vigente, não

importando qual seja. As marchas organizadas nos últimos anos contra entidades intangíveis (corrupção, por exemplo) ou a favor delas (paz) mostram a tentativa de organização das pessoas de bem ao redor de ideais supostamente comuns a todos. No entanto, tais ações se mostram completamente inócuas, uma vez que não cabe às pessoas de bem cruzar a linha cruzada pela personagem do filme supracitado. Daí vem a perplexidade frente aos movimentos jovens do ano de 2013 no Brasil: todo ato considerado vandalismo pelas pessoas de bem foi o que realmente chamou a atenção para os problemas em questão e, ousou dizer, foi o gatilho para as propostas de solução. Em outras palavras, o discurso vigente das pessoas de bem de apoio às causas dos movimentos organizados pelas redes sociais, mas não ao suposto vandalismo ocorrido neles, só pode ocorrer porque a resposta dos governos veio muito em função daquilo que as pessoas de bem mais temem perder: o que elas chamam de razão – aqui, abraçando a ambivalência semântica do termo; tanto aquilo que separa humanos das bestas como aquilo que separa certo e errado. Ser humano, para as pessoas de bem, é ser correto (tanto em retidão quanto em certeza).

A ambivalência dos discursos que representam as pessoas de bem tende a ser evidente no posicionamento em relação a assuntos polêmicos, como aborto, legalização do uso de drogas, casamento homossexual, eutanásia, entre outros, o que demonstra que as pessoas de bem não são, somente, o resultado de ações complexas de ideologias do Estado no que diz respeito, entre outras coisas, à violência, mas, também, são perpetuadoras dessa mesma complexidade e ambivalência. Muito frequentemente, são vistos discursos defendendo uma orientação à extrema direita, pendendo, inclusive, ao retorno a um estado político de exceção. Para os defensores da volta da ditadura militar, a presença (ostensiva, dizem) do exército nas ruas do Brasil é o único remédio capaz de acabar com a violência que creem estar somente nas periferias (ou que se origina delas e invade os centros urbanos, áreas geográficas dessas pessoas de bem). Por outro lado, subgrupos de pessoas de bem defendem, para combater o mesmo mal, a criação de políticas de inclusão socioeconômica e cultural (as quais essas pessoas de bem não têm o poder de criar ou consolidar).

## **VOYEURISMO PÓS-MODERNO E VIOLÊNCIA CONTEMPORÂNEA**

A postura que une as pessoas de bem se deve, creio, à patologização do medo, característica dos nossos tempos. A guerra ao terror, imposta pelos Estados Unidos a todo o mundo, fez com que revivêssemos, de forma mais intensa no Brasil, o maniqueísmo dos tempos de Guerra Fria. Uma vez que o algoz poderia ser qualquer pessoa, as vítimas em potencial estão em constante perigo. Essa atmosfera de paranoia generalizada é constantemente reforçada pela imprensa, especialmente por programas policiais vespertinos e noturnos em canais de televisão aberta e por assinatura. Tais programas caracterizam-se por uma estética agressiva

e uma ética, no mínimo, duvidosa e dividem-se, basicamente, em dois tipos. O primeiro tipo, o mais amplamente difundido no Brasil, é o modelo do jornalismo sensacionalista, ancorado por um apresentador de voz firme e opiniões polêmicas mas que, via de regra, refletem aquelas difundidas por boa parte da classe média e das pessoas de bem. Esses programas expõem, de maneira igualmente perturbadora, vítimas (vivas ou mortas), algozes (idem) e familiares de ambos. O discurso que circunda tais programas é tão ambíguo quanto o discurso originário das pessoas de bem.

Um segundo tipo de programa é o que segue, aparentemente sem mediação, as operações de policiais pelas grandes cidades, atendendo as mais variadas ocorrências, de brigas entre vizinhos a homicídios. Nesses programas, somos expostos a policiais sempre bem-educados, usando linguajar abertamente fora de sua realidade cotidiana, e que constroem-se como indivíduos bastante semelhantes às pessoas a quem prestam atendimento. A simbologia da farda e o fato de serem membros de um Aparato Repressor do Estado pouco ou nada aparecem nessas filmagens.

Ambos os programas constituem o que eu chamo de voyeurismo pós-moderno e auxiliam na consolidação da posição subjetiva das pessoas de bem. Em seu longo estudo filosófico sobre a televisão, *Olho de vidro: a televisão e o estado de exceção da imagem*, Marcia Tiburi (2011, p. 318) define voyeurismo como a "incontinência da visão, desejo incontido de ver, semelhante à inveja" e, também, como "ansiedade visual pela intimidade". Pois, historicamente, um elemento constituinte do voyeurismo era o deslocamento: o voyeur deveria sair de sua zona de conforto individual, deslocar-se até o objeto do desejo e, a partir da observação de tal objeto, criar outra zona de conforto temporária para a consolidação do desejo. A relação com a televisão extingue a necessidade do deslocamento e, também, retira do voyeur a agência perante o desejo, mantendo apenas a sua ilusão.

Ainda, o voyeurismo clássico traz em si uma carga psicosssexual que é reprimida e transformada em energia de outra natureza na versão pós-moderna. Assistir a programas como os citados acima funciona de duas formas. Primeiramente, como catarse – a falsa sensação de que, ao ver um criminoso preso ou morto na tela da televisão, o Estado (por meio da polícia) está fazendo o seu papel, que nada mais é do que proteger as pessoas de bem. O orgasmo, clímax solitário do voyeur clássico, transforma-se em uma sensação que deve ser compartilhada coletivamente e serve para identificar pessoas alinhadas ideologicamente da mesma maneira. Por outro lado, da mesma forma que tais programas criam a falsa ilusão de segurança, eles também mantêm elevado o nível de indignação das pessoas de bem frente à sua realidade. Se, como afirmado anteriormente, uma condição essencial da posição subjetiva de pessoa de bem é o desejo de mudança radical (ou seja, da raiz) da sociedade, tais programas (e muitos outros que servem como entretenimento superficial) servem para que se possa identificar quais partes da sociedade civil estão à mercê de quem quer que seja o algoz e, assim, precisam ser melhoradas.



Dessa forma, a violência deixa de ser apenas um ato físico (ou seja, que depende do corpo para existir) e passa a ser espetáculo de si. Se é correto admitir que as pessoas de bem só existam como tais a partir de seu vínculo posicional com a ideia de violência generalizada, o espetáculo – ou seja, a transformação de uma experiência real em algo mediado, tendo em vista atingir um espectador ideologicamente construído e posicionado – passa a substituir e justificar o ato físico em si. A pessoa de bem não precisa mais ser ela mesma alvo de um ato de violência (um roubo, por exemplo) para que seja interpelada nas posições de vítima e, em seguida, de agente provocador de mudança. A tomada de ambas as posições se dá por identificação, de modo que as pessoas de bem são levadas a crer que fazem parte de um corpo único, ainda que formado por indivíduos, tal qual uma legião. Assim, a intimidade da qual fala Tiburi, ao definir o voyeur, deixa de ser o desejo para com o objeto e passa a ser direcionado para os demais sujeitos que também observam o objeto.

## POR UMA TENTATIVA DE CONCLUSÃO

Ao contrário do que se poderia pensar, de forma mais superficial, a violência da imposição de posições subjetivas, combinada com a violência enquanto ato físico disseminado, que cria a ilusão de uma divisão maniqueísta entre "nós e eles", não deve ser combatida. Conforme Hannah Arendt afirmou, a violência é condição essencial para o desenvolvimento humano e combatê-la é tão impossível quanto combater a própria humanidade.

No entanto, ter conhecimento dos mecanismos que articulam nossas posições subjetivas faz-se necessário para que possamos não só validá-las mas, também, propor outras formas de relações entre si e entre as demais posições que norteiam nossa sociedade. Entender, por exemplo, as motivações das pessoas de bem a partir dessas articulações permite que não sejamos reféns de uma condição ideológica que advém principalmente de uma mediação do real e, também, para que se possam propor ações que, de fato, possam modificar a realidade vigente.

## Reflections upon violence as spectacle of itself

**Abstract** – Whenever one thinks of violence, the immediate association is that with acts of physical or mental brutality; however, there are several other ideological practices which may also be considered violent. The very imposition of an ideological position of subject may be seen as an act of violence. The article, an attempt of subjective, non-academic reflection, seeks to relate a wider view of violence, defined through the relation between the act and its mediation and subsequent transformation into spectacle with the audience which is constructed from such a mediation focusing, primarily, in the image of the "people of good" as target spectator.

**Keywords:** violence, mediation, ideology, "people of good", voyeurism.

## REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. *Lenin and philosophy and other essays*. New York: Monthly Review Press, 1971.

ARENDT, H. *On violence*. San Diego: Harvest/HBJ, 1969.

ENGLANDER, E. K. *Understanding violence*. Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates, 2003.

MONAHAN, B. A. *The shock of the news: media coverage and the making of 9/11*. New York: New York University Press, 2010.

PORTO, S. D. (Org.). *A incompreensão das diferenças: 11 de setembro em Nova York*. Brasília: IUPERJ, 2002.

TIBURI, M. *Olho de vidro: a televisão e o estado de exceção da imagem*. São Paulo: Record, 2011.